

8. Negociação e intermediação de valores	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação .	-	35.893	91.453	-
Devedores/credores -				
conta liquidação pendentes	333.947	300.266	193.670	285.082
Outras obrigações por				
negociação e intermediação ...	-	-	-	37
Total	333.947	336.159	285.123	285.119

A conta “Caixa de registro e liquidação” representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações por conta de clientes. Em “Devedores/credores - conta liquidação pendentes” estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações. **9. Outros créditos e outras obrigações:** “Outros créditos - diversos” estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 3.647 (2013 – R\$ 3.904) (Nota 10 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 10.990 (2013 - R\$ 9.564) (Nota 12). “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias” refere-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros a pagar no valor de R\$ 36.504 (2013 – R\$ 42.270) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 1.437 (2013 – R\$ 1.790) (Nota 10 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em “Outros créditos - diversos”. “Outras obrigações - diversas” referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 26.487 (2013 – R\$ 22.514), para despesas administrativas no valor de R\$ 969 (2013 – R\$ 1.123), provisão para processos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 1.342 (2013 – R\$ 932) (Nota 10 (b)).

10. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais		Depósitos judiciais		Provisões	
		2014	2013	2014	2013
Fiscais e previdenciárias –					
obrigações legais	3.349	3.624	1.437	1.790	
Trabalhistas	13	13	1.057	665	
Outras – taxa de fiscalização (Lei nº 7.940/89)	285	267	285	267	
Total	3.647	3.904	2.779	2.722	

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais		Fiscais e Previdenciárias Obrigações Legais		Trabalhistas		Outras		Total	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	1.790			665		267		2.722	2.522
Despesas financeiras -									
juros	93	52	18	163	159				
Constituições	4	340	-	344	83				
Anistia	(450)	-	-	(450)	(6)				
Pagamentos	-	-	-	-	(36)				
Saldo final	1.437	1.057	285	2.779	2.722				

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes: A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) Inconstitucionalidade da CSLL Lei nº 7.869/88 e (ii) PIS EC 01/94 e EC 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem a imposição de IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 17.962 (2013 – R\$ 40.804), sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F. Os advogados externos responsáveis pela condução dos casos, classificam seu risco de perda como possível. Em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para débitos de PIS e COFINS de instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a instituição revisou seus processos e incluiu os casos de PIS e COFINS decorrentes da desmutualização, dos quais era parte no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista.

(d) Ações trabalhistas: Referem-se a ações trabalhistas contra a instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de

cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 664 (2013 – R\$ 616). **11. Receitas de prestação de serviços:** Referem-se, principalmente, a rendas de corretagem sobre operações realizadas no mercado BM&FBovespa no valor de R\$ 96.760 (2013 – R\$ 79.259), rendas de administração de fundos de investimento no valor de R\$ 23.291 (2013 – R\$ 22.012) e rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 2.536 (2013 – R\$ 30.565). **12. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2014	2013
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais e depósitos judiciais	72	103
Contingências trabalhistas	423	266
Provisão de honorários advocatícios	375	434
Provisão para participação nos lucros	5.057	4.564
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 3(ii))	4.977	3.972
Outros	86	225
Total de créditos tributários - ativo	10.990	9.564

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 4.523 (2013 – R\$ 4.532) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 3.097 (2013 – R\$ 1.536). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 10.990 é estimada em 59% no 1º ano, 12% no 2º ano, 23% no 3º ano e 1% do 4º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 8.849 (2013 – R\$ 7.788). A Corretora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2014	2013
Resultado antes do IR e CSLL	108.175	115.768
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(43.271)	(46.307)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(141)	(191)
Outros	27	-
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(114)	(191)
Total da despesa de IR e CSLL no exercício	(43.385)	(46.498)

13. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 7.551.365 ações nominativas, sendo 3.851.196 ordinárias e 3.700.169 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de abril de 2013, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 50.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária no valor de R\$ 50.000, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 05 de julho de 2013. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 40.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária no valor de R\$ 40.000, sem a emissão de novas ações. Este aumento ainda está pendente de autorização do BACEN. A Reserva de Lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de Lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 30 de dezembro de 2014.

14. Benefícios: (a) Fundo de Pensão: A instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de pensão, constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a instituição

contribuiu com R\$ 777 para o fundo (2013 – R\$ 781). **(b) Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Instituição participam do programa global de remuneração de longo prazo, através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period* de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa, por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque NYSE) concedidas, multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão. O montante que transitou no Patrimônio Líquido em função da existência de um acordo de repagamento à matriz, dos benefícios concedidos, foi de R\$ 14.660 (2013 – R\$ 9.758) (Nota 3 (i)). O valor do Passivo em 31 de dezembro de 2014, incluindo encargos sociais, é de R\$ 19.466 (2013 – R\$ 9.930). Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R\$ 5.629 (2013 – R\$ 5.007), incluindo os encargos sociais. **15. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. J.P. Morgan CCVM S.A. é uma empresa controlada pelo Banco JP Morgan S.A.. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

	2014		2013	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	2.198	-	1.269	-
Banco J.P. Morgan S.A.	2.198	-	1.269	-
Aplicações em operações compromissadas ...	47.490	4.671	194.846	9.315
Banco J.P. Morgan S.A.	47.490	4.671	194.846	9.315
Aplicações em depósitos interfinanceiros	514.645	47.307	314.881	22.656
Banco J.P. Morgan S.A.	514.645	47.307	314.881	22.656
Outros créditos - rendas a receber	2.558	27.272	171	52.616
Banco J.P. Morgan S.A.	407	-	168	-
JP Morgan Overseas				
Cap Corp.	-	3.374	-	37.349
JP Morgan				
Whitefriars Inc	-	223	3	61
Atacama Multimercado				
Fundo de Investimento	-	-	-	170
Lawton Multimercado	2.151	23.637	-	15.036
J.P. Morgan Securities	-	38	-	-
Negociações e intermediações de valores	(148.849)	(960)	64.259	4.557
Atacama Multimercado				
Fundo de Investimento	-	-	-	(591)
Banco J.P. Morgan S.A.	(148.849)	(1.183)	21.997	559
JP Morgan Overseas				
Cap Corp.	-	-	-	1.058
JP Morgan				
Whitefriars Inc	-	223	-	54
J.P. Morgan				
Securities LLC	-	-	42.262	3.477
Outros valores a pagar	-	-	(96)	(96)
JPMorgan Chase Bank				
São Paulo Branch .	-	-	(96)	(96)
Despesas de pessoal	(8.080)	(5.316)	(6.454)	(3.360)
JPMorgan Chase				
& CO.	(8.080)	(5.316)	(6.454)	(3.360)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **16. Outras informações:** “Outras despesas administrativas” referem-se, principalmente, a despesa de serviços com o sistema financeiro R\$ 15 (2013 – R\$ 636), despesa de processamento de dados R\$ 652 (2013 – R\$ 768), despesas com viagens R\$ 1.158 (2013 – R\$ 841), despesa com serviços de terceiros R\$ 1.496 (2013 – R\$ 1.104), despesa de propaganda e publicidade no valor de R\$ 895 (2013 – R\$ 813), despesa com serviços técnicos especializados no valor de R\$ 228 (2013 – R\$ 716) e despesa de comunicação no valor de R\$ 666 (2013 – R\$ 21).

Aos Administradores e Acionistas **J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.** Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (“instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.